



PROJETO PILOTO DO PRODECER III

Aécio S. Cunha (coord.)¹
Charles C. Mueller
Eliseu Roberto de Andrade Alves
José Eurípedes da Silva

1. INTRODUÇÃO

Trata-se aqui de uma avaliação do projeto piloto do Prodec III (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados) elaborado conjuntamente pela Agência Japonesa para Cooperação Internacional (Jica) e pela Companhia de Promoção Agrícola (Campo) responsável por sua execução.

O Prodec III representa a continuidade de um trabalho mais amplo destinado a incorporar os cerrados brasileiros à atividade agropecuária, antecedido por outros esforços na mesma direção (Polonordeste, Prodec I e Prodec II). Trata-se de um programa de desenvolvimento regional com base na criação de uma agricultura tecnologicamente avançada voltada para a exportação, mas que considere também o abastecimento do mercado interno. A etapa atual compreende dois projetos-piloto, um em Balsas (MA) e outro em Porto Nacional (TO), cada um prevendo a ocupação de 40 mil ha, divididos em 61 lotes. Os dois projetos darão origem a duas cooperativas, abrangendo 120 famílias. Cada cooperado terá um lote de 654 ha, metade do lote constituirá reserva e 50 ha serão irrigados. As culturas serão: soja, arroz, milho, caju, sementes e outras.

2. RELEVÂNCIA

São aspectos relevantes dos projetos: a) as cooperativas adquirirão as áreas, venderão os lotes, selecionarão os participantes, realizarão os investimentos na infraestrutura comum, bem como, adquirirão os insumos, comercializarão a produção e implantarão as unidades industriais (de beneficiamento dos produtos, moagem de calcário e processamento de sementes). As cooperativas serão financiadas pelo Prodec III e serão empresas independentes; b) a Campo, pelo lado brasileiro, mediante remuneração, supervisionará os agricultores e as cooperativas; e c) a Jica, pelo lado japonês, proverá assistência técnica.

¹ Da UnB

3. RECURSOS

Os recursos para financiamento dos projetos serão os seguintes: a) o montante global será de US\$ 153,2 milhões para os dois projetos, abrangendo as aplicações durante os cinco primeiros anos nos itens: fundiário, investimentos fixos, semi-fixos, custeio dos colonos, infra-estrutura, despesas operacionais e reserva técnica; b) o montante referido correspondente a US\$ 1,915 por ha de área total, US\$ 3,830 por ha de área útil e US\$ 1,277 mil por colono; c) o Japão participará com 60% dos recursos financeiros e o Brasil, com 40%, sendo 30% provenientes do Tesouro Nacional e 10% do sistema de crédito normal. Os recursos de origem interna serão remunerados com as taxas de juros normais, enquanto os recursos japoneses estarão sujeitos à taxa de juros de 6% a.a. mais a desvalorização cambial (condições de empréstimo do governo brasileiro junto ao Japão); d) o governo brasileiro terá o prazo de 20 anos, com cinco de carência, para amortizar o empréstimo, enquanto que os agricultores e as cooperativas terão 15 anos, com idêntico período de carência. O Tesouro Nacional será o tomador do empréstimo junto ao Japão.

As taxas de retorno estimadas para 20 anos alcançam 12,1% no caso das cooperativas e variam entre 7,6% e 7,9% no caso dos agricultores. A taxa mais alta decorre da utilização, exclusiva, de créditos normais e a mais baixa de recursos próprios.

4. ANÁLISE

A clara prioridade do país em relação ao desenvolvimento de uma agricultura crescentemente intensiva, como forma de redução de custos, não afasta a necessidade de realizar esforços no campo de incorporação de novas áreas, que apresentam potencialidades para auxiliar o atendimento da demanda doméstica e a exportação. A experiência de 20 anos da agricultura nos cerrados mostrou que são excepcionais suas condições para desenvolvimento de uma agricultura sustentável e de alta produtividade.

A análise do projeto Balsas (MA) mostrou uma situação muito favorável sob vários aspectos: a) há facilidades para exportar, por meio do chamado corredor Norte de Exportação, com as ferrovias Norte-Sul e Carajás, que se ligam ao porto marítimo de Ponta da Madeira em São Luís no Maranhão; b) existe experiência na região em cultura intensiva (soja), com a participação de empresas do Centro-Sul e da Cooperativa Valverde (Balsas), com 80 mil associados; c) o ecossistema suporta agricultura intensiva; d) a agricultura local, comprovadamente, adapta-se à irrigação; e) o custo do transporte dos insumos provenientes de São Paulo, embora muito alto, pode ser obviado com a importação do estrangeiro; f) a produção de frutas e hortaliças para exportação tem grandes possibilidades (o projeto fixou-se em caju), porém o equipamento de irrigação escolhido (pivô central) não é o mais apropriado para tais culturas.

A análise do projeto Tocantins destaca os seguintes aspectos: a) a Região de Porto Nacional, escolhida preliminarmente pela sua localização, juntamente com

outras três áreas, foi submetida a um exame *in loco* das condições técnico-agronômicas. Das quatro áreas visitadas, Porto Nacional revelou-se a mais adequada; b) a localização de Porto Nacional é menos vantajosa que a de Balsas (MA), tanto em termos de custos de transporte, quanto de vias de acesso, além disso é despovoada, não tem experiência em agricultura moderna e não apresenta as mesmas vantagens para frutas e hortaliças; c) os solos arenosos exigem cuidados especiais quanto à erosão; d) cabe reavaliar a conveniência da irrigação que, em caso favorável, deveria restringir-se a atividades nobres e somente ser introduzida a partir do terceiro ano de operação do projeto; e) o ponto forte do projeto é a criação de um pólo de desenvolvimento agrícola no estado de Tocantins, incluindo a pavimentação da rodovia Porto Nacional-Barreiras.

Os dois projetos mostram outros aspectos relevantes: a) *visão integrada*: são abarcadas as operações de produção, compra e venda de produtos e de insumos, criação de agroindústrias, organização das cooperativas, criação de infra-estrutura interna e aquisição de máquinas pelos produtores; b) *uso de recursos naturais*: existe a preocupação com a preservação ambiental (a área total prevista é o dobro da explorada) e é considerada a irrigação de 50 ha; e c) *emprego*: cada projeto criará 30 mil empregos, correspondendo a 1,5 emprego/ha/ano, ao custo de US\$ 1,9 mil. O nível de empregos indiretos será três vezes maior.

5. COMENTÁRIOS

Cabem também os seguintes comentários e recomendações: a) as taxas de retorno foram calculadas criteriosamente. As estimativas de receita são conservadoras, estando mais próximas da do projeto Porto Nacional do que das de Balsas. Neste caso, o aproveitamento do potencial para produzir hortaliças e a isenção dos impostos sobre a importação de fertilizantes aumentarão sensivelmente a receita. Por outro lado, o risco de frustração de safras não foi computado, mas isso pode ser compensado pela internalização de todos os custos, dado o caráter integrado do projeto. A taxa de retorno privado aproxima-se, portanto, da taxa social; b) o dimensionamento das máquinas e equipamentos permite cultivar pelo menos 100 ha a mais por produtor, o que se refletiu negativamente nas taxas de retorno. As alternativas para um maior grau de utilização seriam: redução da área de reservas; redução do número de colonos; e propriedade das máquinas pelas cooperativas; c) os cuidados com o manejo do solo, altamente sujeito à erosão, bem como com a água para irrigação, requererão ação coletiva, para o que a filosofia do Prodecer adequa-se muito bem; d) a seleção dos produtores é o ponto crítico desse tipo de projeto, sendo fundamentais a capacidade empresarial e a experiência prévia; e) não é aconselhável o financiamento integral do investimento; f) às cooperativas cabe papel fundamental para o bom êxito dos projetos, mas são normalmente grandes as dificuldades que enfrentam, derivadas de sua organização formal, para sobreviver à competição. A redução geral da evasão fiscal favorecerá as cooperativas. Recomenda-se, à Campo, extremo cuidado na seleção das cooperativas e no seu monitoramento financeiro.

6. PARECER

O parecer da equipe técnica é favorável à conclusão das negociações com o Japão para execução do projeto e salienta as seguintes recomendações: a) realização de estudo mais detalhado sobre as áreas de localização dos projetos; b) pavimentação da rodovia Porto Nacional-Barreiras (BA); e c) importação de insumos agrícolas (fertilizantes e defensivos) em condições favoráveis de preços.